



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

<b>PARECER JURÍDICO/DICOM/PMI/2020</b>
<b>PROCESSO LICITATÓRIO:</b> Nº 032/2018 – PP
<b>CONTRATO:</b> Nº 20180192
<b>ASSUNTO:</b> ADITIVO DE VALOR - ACRÉSCIMO
<b>OBJETO:</b> ADITIVO DE VALOR DO CONTRATO DA EMPRESA A C B ACIOLE COM PEÇAS SERV. EIRELI
<b>INTERESSADO:</b> MUNICÍPIO DE ITAITUBA

I- Trata-se, o presente, de procedimento de Pregão Presencial sob nº 032/2018 - PP que culminou na contratação da empresa W. DE S. MELQUIADES PUBLICIDADE - ME.

II- Consoante Memo. Nº 091/2020, Justificativa para Termo de Aditivo, Concordância de Aditivo da empresa contratada, Planilha e Contrato nº 20190093, foi solicitado aditivo de valor na margem aproximada de 25%.

III- Nos termos do parágrafo único, do artigo 38, da Lei de Licitações, veio o procedimento, para emissão de parecer prévio.

Ressalte-se, primeiramente, que não cabe a este Procurador a análise do mérito administrativo (conveniência, oportunidade de sua realização), conduta que recai sobre a pessoa do Administrador Público – o que já foi externado com a Autorização para Aditivo, cabendo tão somente a análise dos aspectos jurídicos-formais do instrumento contratual que visa implementar.

IV- O cerne da questão repousa na possibilidade de realização de um 2º Termo de Aditivo ao Contrato nº 20180192.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

No que concerne ao acréscimo em tela, o mesmo está amparado pelo §1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 que permite o acréscimo em até 25% (vinte e cinco por cento). Portando encontra-se em condições de ser aditivado.

Ademais, a Cláusula Décima Quinta e Décima Sexta do Contrato 20180192 autoriza a alteração do mesmo. Neste caso, demonstra a necessidade de aditamento de valor.

**V-** Demonstrada a possibilidade de realização do Termo de Aditivo, passemos, por fim, à análise de regularidade de sua forma, o que se denota da Minuta do 2º Termo de aditivo que segue o presente.

Satisfeito está o *caput* do artigo 60, da Lei 8.666/93 que dispõe:

"Art. 60. Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de notas, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem".

Ademais, consoante se infere do art. 61 da Lei Geral de Licitações, todos os requisitos ali mencionados foram satisfeitos: constam expressos os nomes das partes (Prefeitura Municipal de Itaituba e W. DE S. MELQUIADES PUBLICIDADE - ME), consta ainda a finalidade (realização do 2º Termo de Aditivo), o ato, que autorizou sua lavratura (Contrato 20180192),



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DO PARÁ  
Prefeitura Municipal de Itaituba

número do processo licitatório (Pregão Presencial nº 032/2018) e, finalmente, a sujeição à Lei e as cláusulas contratuais.

**VI-** Isto posto considerando a toda documentação e justificativa apresentada e os preceitos legais relativos à questão constata-se a possibilidade de realização do 2º Termo de Aditivo ao Contrato nº 20180192, visando o acréscimo em apreço.

Parecer não vinculante, meramente opinativo.

Salvo melhor juízo, é como entendemos.

ITAITUBA - PA, 28 de Fevereiro de 2020.

---

**Atemistokhães A. de Sousa**  
Procurador Jurídico Municipal  
**OAB/PA nº 9.964**